

VI LIMITAÇÃO DO DESEQUILÍBRIO EXTERNO

A grande dependência externa que caracteriza a Economia caboverdiana, de que são reflexos inequívocos uma balança comercial altamente deficitária e o peso das fontes externas no financiamento do I Plano Nacional de Desenvolvimento, vem exigindo do Governo uma atenção especial visando nomeadamente o fomento da capacidade produtiva e exportadora nacional de bens e serviços bem como utilização criteriosa e a gestão rigorosa da ajuda internacional ao desenvolvimento, tendo em conta o objectivo maior de construção de uma economia nacional independente.

Em decorrência dessa linha de pensamento e de acção é grato registar que se fazem já sentir alterações estruturais no nosso Comércio Externo, em que o peso preponderante antes assumido pela importação de bens de consumo final acusa já indícios de redução, em termos relativos, em resultado de um ritmo de crescimento significativamente inferior àquele registado pelos bens de capital, bens intermédios e combustíveis e lubrificantes.

Uma tal evolução está em sintonia e indicia o sentido da evolução tendencial da Economia de Cabo Verde.

O SECTOR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Por demais se tem falado nos benefícios que resultam e poderão resultar para o país da utilização da sua posição geo-estratégica, na prestação dos mais diversos serviços, nomeadamente à navegação marítima e aerea que cruza o Atlântico. Aliás, a importância que já assume a actividade desenvolvida pela ASA-EP e os resultados dela decorrentes apontam de forma clara nesse sentido. Nesse âmbito convém salientar o peso de que se reveste a exploração da FIR Ocêânica do Sal.

Para esse bom desempenho há que ressaltar ainda a contribuição que cabe à ENACOL-EP, que de forma crescente vem interin-

do no abastecimento de combustíveis à navegação aérea. A intervenção da Enacol também tem sido significativa no abastecimento à navegação marítima que demanda sobretudo o Porto Grande de S. Vicente. Neste domínio há que salientar igualmente o papel crucial que cabe à Enapor, cuja reorganização prossegue visando um mais elevado grau de operacionalidade e eficiência, a par da dotação do país em novas infraestruturas portuárias e seus equipamentos.

Relativamente à INTERBASE e à CABMAR, duas outras pedras de toque da estrutura que se pretende construir por forma a tornar aliciante e atractivo o Porto Grande, há que referir que, mau grado os esforços desenvolvidos, qualquer dessas empresas continuam atravessando momentos difíceis. A INTERBASE, em resultado da persistente baixa taxa de utilização do seu entreposto de frio e de problemas financeiros e de gestão o que impõe a adopção de importantes medidas de reorganização e saneamento. A CABNAVE, por sua vez, continua a sofrer duramente os resultados da crise internacional do "Shipping", e do recuo da actividade piscatória na nossa região, tendo já no decurso de 1984 sido adoptadas algumas medidas, de contenção de despesas com vista a adequá-las ao nível actual de funcionamento.

Em matéria de apoio ao trânsito, negociações vêm sendo desenvolvidas, apresentando boas perspectivas, no sentido da instalação em S.Vicente de um entreposto de trânsito. A eventual materialização da constituição de companhias de transporte marítimo em regime de "joint venture" que se encontram em fase de negociação e estudo, contribuirá também muito provavelmente para dar nova vida ao Porto Grande.

COMÉRCIO EXTERNO

Segundo dados provisórios acerca da Balança de Pagamentos, verificou-se de novo em 1984, aliás como seria de prever, o déficit acentuado da nossa balança comercial que atingiu os 6.669,8 milhões de escudos. Contudo, se as importações não cresceram significativamente em relação ao ano anterior, apenas 12% situan-

.../...

do-se em 6.894.9 milhões de escudos, já as exportações acusam um vigoroso crescimento da ordem dos 61% passando de 139,3 milhões de escudos em 1983 a 225,1 milhões de escudos em 1984. Verifica-se assim, comparativamente a 1983, a melhoria da taxa de cobertura das importações pelas exportações, que passou de 2,3% para 3,2%.

A venda de serviços e as transferências unilaterais continuaram a ser em 1984, os grandes financiadores do déficit da balança comercial, cobrindo-o em 93,9%.

De referir no entanto que em matéria de exportações, o leque de mercadorias manteve-se limitado: produtos de pesca, 76%, bananas, 13% e sal, 8%. De salientar que as exportações de bananas reduziram-se em 52% relativamente a 1983.

No que concerne especificamente à fixação das quotas anuais de importação, atribuídas aos operadores comerciais, verifica-se que o único sector que conheceu em 84 um aumento significativo foi o do comércio privado, com uma taxa de variação de mais 20%, que pode ter-se traduzido num razoável crescimento real. O aumento do comércio privado foi devido ao aumento generalizado dos "plafond" concedidos aos importadores, visando repôr o poder de compra deteriorado com as subidas dos preços de importação, bem como à entrada de 7 novos importadores no circuito, com um "plafond" global de 40 milhões de escudos.

A nível da distribuição por ilhas, os maiores aumentos dos "plafonds" de importação do comércio privado verificaram-se em S.Tiago, 23%, Fogo, 60% e S.Antão, 88%.

Por se verificar um desequilíbrio acentuado na distribuição de "plafonds" de importação, relativamente à distribuição populacional, nomeadamente entre S.Tiago e S.Vicente que detinham cada um em 1983 cerca de 46% do total do "plafond" do comércio privado, quando a população de S.Vicente é cerca de 30% de S.Tiago e 15% da do país, iniciámos em 1984 a tentativa de redu-

ção desse desequilíbrio, nos limites impostos pelas circunstâncias. Assim, em 1984 as quotas de importação atribuídas a S.Tiago e S.Vicente representaram cerca de 48% e 44% respectivamente, do total do comércio privado.

No domínio das relações comerciais externas merece relevância a assinatura de Acordos Comerciais com a República de Cuba, bem como a participação do nosso país na Feira Internacional de Dakar (FIDAK), na Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Moçambique (FACIM) e na Feira Internacional de Luanda. Estas acções inscrevem-se no âmbito, seja da busca de mercados externos que melhor satisfaçam os interesses de Cabo Verde, seja do desenvolvimento de relações comerciais entre os cinco países africanos de língua oficial portuguesa.

TURISMO

A Direcção Geral de Turismo ficou praticamente incapacitada de funcionar com a saída, em Fevereiro, do Director Geral e a impossibilidade de o substituir ao longo do ano, o que veio a reflectir-se na situação do sector, que basicamente não se alterou com referência ao ano anterior.

Em matéria de estruturas hoteleiras é de referir as negociações relativas à construção do hotel do Sal, dossier definitivamente aprovado pela entidade financeira em Novembro.

No que diz respeito, ao hotel de S.Vicente, e tendo em conta que não se tem confirmado o movimento esperado - os dois hotéis existentes não têm tido ocupação plena, - a Secretaria de Estado do Comércio e Turismo decidiu congelar o processo.

No que concerne ao funcionamento do Hotel Atlântico verificou-se uma taxa de ocupação de 80%, dispondo a empresa de uma sólida posição financeira.

O mesmo já não se poderá dizer da Hotelmar que tem vivido momentos difíceis, não obstante ter acusado melhoria das receitas em 84, de 25% sobre a ano anterior, apesar de uma redu-

ção de 5% da taxa de ocupação. Para atacar a situação, foi lançado um conjunto de medidas de saneamento económico e financeiro, abarcando a nomeação do novo Conselho de Administração, a admissão do novo Director para o Hotel Praia Mar, redução do pessoal e redefinição de funções/responsabilidades.

Quanto à rede de pousadas a construir nas diversas ilhas, tem-se procedido às autorizações que vêm sendo solicitadas por privados, para abertura de pequenas unidades hoteleiras em certas localidades.

Em matéria de promoção turística prosseguiu a promoção e apoio da vinda a Cabo Verde de alguns operadores turísticos e de pequenos grupos de turistas italianos, franceses, portugueses e americanos, que visitaram Praia, Fogo e S.Vicente.

.../...